



**COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO -
CTASP**

**PROJETO DE LEI Nº 6.613 DE 2009
(Supremo Tribunal Federal)**

"Altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências."

EMENDA Nº

Altere-se o art. 15 e seus incisos I, II e III da Lei nº 11.416/2006, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15. O Adicional de Qualificação - AQ incidirá sobre o vencimento básico do cargo do servidor e pela gratificação de atividade judiciária -GAJ, da seguinte forma:

- I - 20% (vinte por cento), em se tratando de título de Doutor;
- II - 16,5% (Dezesseis vírgula cinco), em se tratando de título de Mestre; e
- III - 10% (Dez por cento), em se tratando de certificado de Especialização.

JUSTIFICAÇÃO

Tomamos a liberdade de submeter à apreciação dos nobres pares a Emenda à Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, com a finalidade de promover uma readequação do Adicional de Qualificação com a atual conjuntura de política salarial dos Servidores Públicos Federais, de maneira a valorizar o estudo em toda a sua extensão, inclusive o estudo científico no sentido de aprofundar conhecimentos sobre as questões jurídicas e de outros ramos da ciência.

Sabemos que este século está a revelar um horizonte mais amplo e exigente, o que traduz em um importante referencial para o Poder Judiciário da União em colocar seu objeto de estudo - Ações Judiciais - , nos conjuntos das transformações sociais e, para isso o aprimoramento à educação dos servidores torna-se condição essencial no preparo para o exercício das atribuições e qualificação para o trabalho, resultando na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o saber, como princípios norteados do desenvolvimento da pessoa humana, isto é: a educação.

Como a própria nomenclatura dispõe, trata-se de adicional por qualificação além daquela exigida para ingresso na carreira. Portanto, em razão de tais qualificações, os servidores são lotados em Secretarias de Varas e em Gabinetes onde estão preparados para o desempenho das atividades que lhes são atribuídas, independente do cargo que é titular. É o caso dos Analistas Judiciários, área fim, a maioria com formação em Direito, como também dos Técnicos Judiciários, área fim, a maioria com formação em Direito, que na execução de seu mister desenvolvem conhecimentos técnicos e acadêmicos.

Nesse sentido, a reestruturação do Adicional de Qualificação representará um maior estímulo para aqueles servidores que já possuem qualificação, inclusive acima da exigida para o cargo, como também para os que não possuem curso superior resultando na elaboração de minutas de despachos e decisões mais consentâneas com os modernos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, visando o melhor aperfeiçoamento no auxílio aos magistrados na busca de uma boa e célere prestação jurisdicional.

É importante frisar, que no último Censo Demográfico Educacional - 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE revelou que o Brasil possui um grupo de Mestre e Doutores que somados atinge o número de 304.796 pessoas, sendo 173.716 homens e 131.080 mulheres. Cumpre informar que de acordo com o levantamento feito pelo IBGE, divulgado em 1º de julho de 2009, o Brasil tem 191,5 (cento e noventa e um milhões e quinhentos mil

habitantes), o que implica dizer que apenas 0,16% (zero vírgula dezesseis por cento) da população brasileira possui título de mestre e Doutor.

Esclarecem por oportuno, que o universo de Servidores com títulos de Mestre e Doutor no âmbito do Poder Judiciário da União não destoa da grande massa; é ínfimo, de aproximadamente 0,20% (zero vírgula vinte por cento), cujo impacto financeiro é extremamente irrisório, porquanto os reflexos são benéficos para a sociedade, pois pode contar com servidores altamente qualificados e motivados.

Sala da Comissão, em 23 de fevereiro de 2010.

DAGOBERTO
Líder do PDT